

Aconteceu

8 milhões de crianças trabalham; 3,5 milhões estão fora da escola

Pelo menos 3,5 milhões de crianças em idade escolar — 7 a 14 anos — estão fora da escola, e de cada cem que ingressam na 1ª série somente treze entram no 2º grau. Um terço das 24 milhões de crianças entre 10 e 17 anos trabalham ou já tiveram intenção de trabalhar e 22% vivem em famílias com renda de um salário mínimo. Este retrato da infância está na pesquisa *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes/1987*, divulgado pelo IBGE. O estudo traz uma análise completa da difícil situação em que vivem, trabalham e estudam os 58 milhões de crianças e adolescentes brasileiros até 17 anos, das quais 40 milhões vivem em centros urbanos. (página 14)



Regina Vilela

Para ajudar na renda da família, as crianças trocam a escola pelo trabalho

Câmara dos Deputados é renovada em mais de 60%; esquerda aumenta sua bancada

A Câmara dos Deputados será renovada em 61,02%. É o maior índice de renovação já registrado na história do parlamento brasileiro. Dos 495 deputados, apenas 192 foram reeleitos.

As eleições enganaram também os analistas que previam uma queda da representatividade da esquerda. Só o PSDB perdeu em número de eleitos. O PT dobrou sua bancada de 17 para 34 deputados. (página 2)

Romance com Zélia derruba Cabral

O ex-ministro Bernardo Cabral admite que a repercussão de seu romance com a ministra Zélia Cardoso de Mello determinou sua saída do governo. O sucessor é Jarbas Passarinho, que assinou o AI-5. (página 3)

Economista diz que política salarial de Collor é pior que a do regime militar

Para o economista Walter Barelly, ex-diretor-técnico do Dieese, a política salarial do governo Fernando Collor é a pior da história do Brasil. Segundo o economista, nem mesmo os governos militares impunham

tanto arrocho aos salários quanto o atual governo. Na opinião de Barelly, os meios de comunicação contribuem para desmobilizar setores que poderiam protestar contra o arrocho. (página 12)

Mikhail Gorbatchev ganha o Nobel da Paz

O presidente Mikhail Gorbatchev recebeu o prêmio Nobel da Paz. O arquiteto da *perestroika* foi laureado por seu papel de liderança no processo de paz que caracteriza partes importantes do mundo atual. (página 16)

Na Câmara, renovação passa de 60%

A Câmara dos Deputados será renovada em 61,02%, maior índice já registrado na história do parlamento brasileiro. Dos 495 atuais deputados federais, apenas 192 foram reeleitos em 3 de outubro. Com o acréscimo de oito vagas na Câmara (o Amapá e Roraima ocuparão mais quatro vagas cada um) e a conseqüente elevação do número de cadeiras para 503, em 1º de fevereiro assumirão mandato na Câmara 311 novos parlamentares, caso se confirmem os resultados do Pará, que ainda não terminou a totalização. Naquele estado, estão com reeleição garantida apenas três dos dezessete deputados federais.

O critério para identificar a renovação da Câmara se baseia na última listagem dos deputados em exercício de mandato no dia da eleição.

O fato de grande número de deputados não ter sido reeleito não significa que todos disputaram e perderam. Alguns concorreram a outros cargos e outros não disputaram a eleição.

Mas a grande maioria tentou e não conseguiu reeleição.

Com exceção de Tocantins, em nenhum estado a renovação foi inferior a 50%. O estado do Rio teve índice de renovação de 57%. Das 46 cadeiras do Rio, 26 serão preenchidas por parlamentares novos. No maior colégio eleitoral do país — São Paulo — a renovação foi pouco superior à do Rio: 58%.

A classificação de novos não está vinculada à carreira política — o ex-governador Miguel Arraes, que deixara o governo de Pernambuco para se candidatar a deputado federal, retornará pela segunda vez à Câmara. Em 1982, se elegera deputado pelo seu estado. Entre os "novos" estão políticos que foram prefeitos, vereadores, deputados estaduais e até ministros de Estado. O PMDB foi o partido que mais perdeu deputados na atual legislatura. Elegeu 260, disputou as eleições com 129 e agora tem apenas 109. (*O Globo*, 21/10/90)

Esquerda surpreende mas ainda é minoria

As eleições parlamentares não confirmaram as previsões de vários analistas políticos de que os partidos de esquerda não teriam muitos representantes no Congresso, devido à crise mundial dos partidos socialistas.

O PT teve o melhor desempenho nas eleições parlamentares, por ter ampliado sua bancada na Câmara, de dezessete para 34 integrantes, e conseguiu colocar um representante no Senado, o que não teve na legislatura que vai chegando ao fim. O PDT aumentou sua bancada na Câmara, de 38 para 46 integrantes e já tem garantido pelo menos um governo estadual: o do Rio, terceiro colégio eleitoral do país. E elegeu um senador. A bancada do PSB também cresceu para onze deputados. O PC do B e o PCB mantiveram bancadas pequenas. A única perda das esquerdas ocorreu com o PSDB, partido social-democrata que não conseguiu definir sua posição para o eleitorado, segundo

alguns dos seus integrantes. O PSDB tem sessenta deputados: perdeu 23 cadeiras, conseguindo eleger apenas 37 deputados.

Os resultados garantirão uma representação superior a 20% do Congresso. Apesar de ter ampliado sua representatividade parlamentar, o bloco "progressista" acha que ainda falta muito para alterar o quadro do Congresso. As lideranças das esquerdas pretendem enfrentar a maioria "conservadora" formando blocos parlamentares, formais ou não.

O PDT e o PSDB tentam formalizar um bloco social-democrata, que somaria 92 votos na Câmara. A união com o PDT, segundo alguns deputados do PSDB, poderá gerar dissidência entre os tucanos, que preferem não fazer oposição sistemática ao governo Collor. O PT pretende também formar um bloco socialista com os demais partidos de esquerda, mas informalmente. (*O Globo*, 21/10/90)

Aconteceu

Nº 552

21 de outubro a 4 de novembro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Carlos Alberto Ricardo
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 600,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Romance com Zélia derruba Bernardo Cabral

Pela primeira vez na República, um ministro cai por amor. O ex-ministro Bernardo Cabral admite que a repercussão do seu romance — jamais desmentido — com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, determinou sua saída. Seu sucessor é o senador Jarbas Passarinho, de 70 anos. Quando decidiu, em caráter irrevogável, demitir-se do Ministério, Cabral imaginava estar contribuindo para preservar os avanços em torno do pacto social e o bom andamento das negociações sobre a dívida externa. Para ele, o êxito nesses problemas cruciais para o governo ficou ameaçado. Em tom de desabafo, Cabral vinha dizendo a amigos que, ao contrário da opinião pública, setores do governo estavam transformando o caso em um escândalo.

“A repercussão da história com a Zélia estava se diluindo, se esfumando. Ninguém ficou abalado e até as pesquisas indicavam que a maioria da população aprovava o namoro. Até mesmo em Minas, onde a sociedade é mais conservadora, a coisa não repercutiu tanto. Mas as

Prefeitura identifica 50 corpos de crianças enterrados em Perus

A Prefeitura de São Paulo confirmou o nome de três presos políticos enterrados no cemitério de Perus (zona oeste) e anunciou que exatos 1.400 corpos estão na vala descoberta, dos quais 560 (40%) são de crianças de zero a 8 anos. Os corpos dos presos políticos cujos nomes foram confirmados são de Flávio de Carvalho Molina e Frederico Eduardo Mayr, desaparecidos na década de 70. Segundo a Prefeitura, também foi identificada a ossada de Sonia Maria Lopes Moraes, enterrada com o nome falso de Esmeralda Siqueira de Aguiar. Os ossos de Sonia foram levados para o Rio, em 1979. A conclusão é da Comissão Permanente de Acompanhamento da prefeitura, criada para acompanhar a identificação das ossadas. (Folha de S.Paulo, 06/10/90)

Passarinho assinou o AI-5

Jarbas Passarinho, sucessor de Cabral no Ministério da Justiça, foi um dos símbolos do regime militar. Ocupou por três vezes o cargo de ministro de Estado, em três governos diferentes. Foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de Costa e Silva (1967-1969), ministro da Educação de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e ministro da Previdência e Assistência Social de João Figueiredo (1979-1985).

Grande parte dos membros do

atual governo, que têm entre 30 e 40 anos de idade, conheceu Passarinho como o homem que, ministro de Costa e Silva, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 e interveio em sindicatos de trabalhadores. No governo Médici, Passarinho expulsou das escolas pelo menos 253 professores e estudantes acusados de exercerem atividades políticas ilegais. As expulsões eram permitidas pelo Decreto 477, baixado por Costa e Silva. (Folha de S.Paulo, 14/10/90)

futricas no governo não pararam”, admite.

Desde o início dos boatos sobre a misteriosa paixão da ministra da Economia, que despertou a curiosidade nacional, Cabral, que é casado com Zuleide da Rocha Cabral, era o franco favorito na bolsa de apostas. O segredo foi desvendado quando

os dois comportaram-se como um casal durante a festa de aniversário de Zélia, em 19 de setembro. Não faltaram flertes, frases carinhosas e até bolero de rosto colado. A iniciativa de tornar público o romance começou quando Cabral passou a usar também um apartamento funcional vizinho ao de Zélia. (O Globo, 14/10/90)

Erundina quer ônibus de graça em São Paulo

Ao cumprir o ritual de apresentar a São Paulo o orçamento municipal do ano que vem, a prefeita Luiza Erundina, do PT, anunciou a explosão de uma bomba sobre o sistema de transporte público do município, que é péssimo. Erundina pretende dar ônibus de graça para todos os paulistanos.

Conhecem-se casos de tarifas baixas, subsidiadas pelo poder público, mas não uma boca-livre generalizada no setor de transporte. É exatamente isso que a prefeita de São Paulo quer fazer e pode estar certa na sua intenção — o problema é que muita gente vai espermear. A Câmara dos Vereadores tem até o último dia de 1990 para avaliar o projeto de Erundina e, se aprovar a proposta, incluída no orçamento municipal, os paulistanos terão condução gratuita a partir de julho de 1991.

A fonte de recursos do plano de Erundina — que foi alinhavado em consultas às bases, como é costume dentro do PT — é basicamente o aumento na cobrança do IPTU. São Paulo arrecada hoje cerca de Cr\$ 13 bilhões com o imposto. Com o plano do novo orçamento municipal, o IPTU dará um salto de cerca de 500%. e a prefeitura passaria a arrecadar Cr\$ 97 bilhões, em valores de hoje. Cerca da metade dessa arrecadação, seria repassada para um Fundo Municipal de Transporte, que irá gerenciar o movimento dos coletivos na cidade. “As empresas particulares de ônibus não perderão nada com esse plano. Elas serão contratadas como prestadoras de serviço e receberão por quilômetro rodado”, afirma o secretário municipal de Transportes, Lúcio Grégori. (Veja, 03/10/90)

Vinte anos sepultam a Transamazônica

Vinte anos depois do início de sua construção, pelo presidente Emílio Médici, a Rodovia Transamazônica transformou-se numa trilha de buracos, atoleiros e pontes prontas a desabar. O trecho inicial da estrada, de 139 km, no Estado do Tocantins, desapareceu. Duas pontes caíram nos primeiros 25 metros e a erosão destruiu o restante. O tronco de castanheira em que Médici fixou a placa do início das obras apodreceu. Está no meio de um descampado aberto pelo desmatamento.

No dia 9 de outubro de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici estava em Altamira, em plena selva do Pará, para iniciar oficialmente a construção da Transamazônica, a estrada que ligaria o Nordeste ao

Acre e seria o caminho do que, na época, se chamava "integração nacional". Numa clareira, Garrastazu Médici hasteou a bandeira brasileira, descerrou uma placa de bronze afixada no tronco serrado de uma castanheira com 1,5 metro de diâmetro e assistiu à queda de um gigantesco piquiá, tombado pelo golpe de um trator. A árvore estatelou-se ao som da marcha militar executada pela banda do Exército.

Mas o simbólico tronco-monumento, inaugurado em 1970 e hoje apodrecido, resiste em meio a um descampado onde bois se coçam nos tocos que sobraram da floresta exuberante. Os restos da castanheira, em vez de descansar à beira de uma estrada que levará os homens sem terra para a

terra sem homens, adornam um cenário de abandono, solidão e miséria. Lá, o Brasil não mudou — se mudou, foi para pior.

Para os 420 mil colonos que vivem ao longo da Transamazônica, entre Marabá e Itaituba, no Pará, não existe estrada de volta. A ex-rodovia da integração nacional é uma trilha descontínua de buracos, atoleiros e pontes em ruínas ou prestes a desabar. Ela mantém isolados do mundo aqueles que partiram em busca da terra prometida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Saem por essa trilha o ouro e a madeira nobre das grandes árvores. Entram endemias como o mal de Chagas e esquistossomose. (*O Estado de S. Paulo* 09/10/90)

América Latina integra-se para mapear desmatamento

O Brasil vai integrar os países latino-americanos abrangidos pela Amazônia nos estudos sobre desmatamento da floresta, a maior em área contínua do planejamento. Em janeiro de 1991, em Rio Branco, no Acre, o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) coordenará um encontro com pesquisadores e técnicos de centros de pesquisa da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela, onde será proposta a realização de um estudo sobre desmatamento na Pan-Amazônia, área que corresponde a quase o dobro da Amazônia Legal estudada atualmente pelo Brasil. A região da Pan-Amazônia corresponde a um terço das florestas tropicais da Terra.

A integração faz parte dos esforços do Inpe como coordenador do Projeto Desmatamento, um dos doze projetos idealizados para o Ano Internacional do Espaço (ISY) — evento coordenado por 28 agências espaciais do mundo, a ser realizado em 1992. No Projeto Desmatamento será realizado mapeamento das florestas mundiais — da tundra e da floresta temperada até as florestas tropicais. (*Gazeta Mercantil*, 16/10/90)

Governo prepara zoneamento na Amazônia e afasta militares

Até 1992, quando sediar a Conferência Mundial de Meio Ambiente da ONU, o Brasil já deverá dispor de um retrato completo da Amazônia. Será o resultado do zoneamento econômico-ecológico que começa a ser feito e que vai servir como uma espécie de bússola para qualquer decisão e qualquer política que se adote para a região, conforme definiu o titular da Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, aos participantes do Forest'90.

O Forest'90 — um encontro de cientistas e técnicos, promovido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outras entidades, que se realiza em Manaus — terá uma segunda rodada uma semana antes da conferência da ONU para elaborar as propostas para a reunião.

No dia 23 de setembro, o presidente Fernando Collor de Mello baixou decreto designando uma comissão coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para fazer o zoneamento econômico-ecológico do país, com prioridade para a Amazônia. Agora, a SAE vai designar a comissão para dar início ao zoneamento.

"Limpeza" — A presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Tânia Munhoz, disse ontem que o governo está "limpando" a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (Seae) — responsável pela coordenação do zoneamento econômico-ecológico da Amazônia — ao demitir militares que ainda ocupam cargos no órgão e substituindo-os por civis.

Assim, espera que os critérios usados nesse zoneamento, que definirão o futuro da ocupação da Amazônia, não sejam desviados exclusivamente para os interesses estratégicos, principais responsáveis pela destruição da região nos últimos anos.

Tânia Munhoz, que fez uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre essas novas diretrizes, admite que está havendo conflitos com os militares. "Fui muito questionada na ESG, mas tentei convencê-los de que o desenvolvimento sustentável não afeta a soberania nacional. Não podemos mais decidir planos para a Amazônia fechados em gabinetes discutindo somente problemas estratégicos militares", ressalta. (*Gazeta Mercantil*, 10/10/90)

Ibama multa grandes empresas na Amazônia

Num lance cinematográfico, a presidente do Ibama, Tânia Munhoz, participou no dia 8 de uma ação da "Operação Amazônia" de fiscalização que resultou em uma das mais elevadas multas até agora aplicadas por desmatamento.

Os fiscais do Ibama descobriram que a Ghetal Amazonas S.A., em Amatari, no médio Amazonas, tinha um depósito submerso de 8 mil metros cúbicos de madeira nobre, como sabaúba e virola. A empresa foi

multada em Cr\$ 180 milhões.

Outras multas milionárias foram aplicadas. A Caiuê Agropecuária, localizada na BR-174 (Manaus-Boa Vista), deverá pagar Cr\$ 119 milhões por ter desmatado 500 hectares, e a mineração Taboca, do grupo Parapanema, no município de Presidente Figueiredo (AM), em Cr\$ 107 milhões.

No dia 9, logo pela manhã, o presidente da República parabenizou Tânia Munhoz pela "Operação

Amazônia", e lamentou que grandes empresas não tenham consciência de que é preciso preservar o meio ambiente.

As empresas, segundo Tânia Munhoz, poderão recorrer administrativamente para pedir o cancelamento no prazo de sessenta dias, mas são obrigadas a depositar o valor total exigido e apresentar planos de recuperação de áreas degradadas e contestar os flagrantes. (*Gazeta Mercantil*, 10/10/90)

Mercúrio importado é vendido livremente nos garimpos

Os países que mais denunciam os problemas ambientais brasileiros são, paradoxalmente, os que mais vendem mercúrio para o Brasil, apesar de não serem produtores desse metal. As empresas revendedoras nacionais importam anualmente 235 toneladas de mercúrio metálico — cerca de 70% do total das importações desse produto — e vendem nas farmácias e mercearias dos garimpos em frascos com identificação de uso odontológico. E o mercúrio perdido nos processos do garimpo e despejado nos rios na verdade é pelo menos três vezes maior do que as estimativas oficiais. Ou seja: o mercúrio importado está ajudando a produzir uma quantidade de ouro muito maior do que os números do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cujo destino é oficialmente desconhecido.

Os números divulgados no dia 8 por uma equipe de pesquisadores do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) no Simpósio Forest 90, em Manaus, são assustadores. Levantam, por exemplo, suspeitas sobre a existência de comércio internacional triangular de um produto extremamente tóxico como o mercúrio metálico: uma recente consultoria encomendada pelo Cetem ao pesquisador Rui Hasse Ferreira mostrou que, até 1984, o México, um grande produtor de mercúrio, fornecia ao Brasil mais de 90% do total importado. Curiosamente, a partir de 1985, coincidindo com o auge da febre do garimpo, os Países Baixos, Alemanha e Reino Unido, todos países não-produtores, passaram a contribuir com 75% do fornecimento de mercúrio metálico para o Brasil.

O que chama a atenção é o crescimento expressivo da importação de mercúrio metálico por empresas de revenda: em 1989, essas empresas obtiveram 266 toneladas do metal, correspondentes a 78% do total importado no mesmo ano. No entanto, só 31 toneladas teve seu destino identificado.

Suspeita-se que as restantes 235 toneladas importadas pelas revendedoras foram para os garimpos, que comercializam livremente o produto em casas que vendem equipamentos de mineração, farmácias e mercearias locais, em frascos de 100 gramas com rótulo que identifica o mercúrio como de uso odontológico. Hoje existem setenta importadores ligados ao setor de revenda de mercúrio, 100% a mais que em 1984. (*Jornal do Brasil*, 09/10/90)

Ecologistas são contra modificação no Rima

A Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (Abema) é contrária a qualquer modificação da resolução que institui os Relatórios de Impactos Ambientais (Rima) — exigidos para atividades de significativo potencial poluidor — sem que se faça uma avaliação mais profunda da questão. "Somos a favor de uma alteração conseqüente, e não casuística", ressaltou Almir Bressan, presidente da Abema. (*Gazeta Mercantil*, 17/10/90)

Emissão de CO₂ pode ser 25% menor

As emissões de dióxido de carbono (CO₂), gás considerado o principal responsável pelo efeito estufa, podem ser reduzidas em 25% até o ano 2005 e em 40% em 2020 se uma ação internacional for realizada imediatamente, de acordo com um relatório preparado para a Conferência Climática Mundial, a se realizar em Genebra no final deste mês.

Em breve haverá disponibilidade de uma abundância de opções para a redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa, diz o re-

latório do Instituto Ambiental de Estocolmo. As opções citadas incluem tributação das emissões de dióxido de carbono causadas pela queima de carvão e petróleo e a remoção do subsídio a esses combustíveis. Outras seriam tecnologias alternativas como a energia eólica e das ondas e maior eficiência energética. O relatório diz que, se não for tomada a iniciativa, o consumo global de energia crescerá de 28 a 45% até o ano 2005 e entre 55 e 100% até o ano 2020. (*Gazeta Mercantil*, 17/10/90)

Canavieiros conseguem 53,5% em Pernambuco

Os canavieiros de Pernambuco conseguiram um reajuste salarial de 53,5% depois de uma greve de onze dias. Com isso, o piso da categoria passa de Cr\$ 6,6 mil para Cr\$ 10,19 mil, pouco mais que a metade do reivindicado pelos canavieiros (Cr\$ 19 mil). O percentual de reajuste foi decidido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no dia 18, após uma sessão que durou mais de quatro horas.

O TRT determinou o retorno imediato ao trabalho, mas a categoria, que reúne cerca de 250 mil trabalhadores em todo o estado, só retornou efetivamente na segunda-feira, dia 15. Além do reajuste salarial, que foi calculado com base na Medida Provisória 264, os canavieiros pernambucanos conseguiram estabilidade provisória de onze dias, pagamento de horas extras em 100% e dos dias parados.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, ficou insatisfeito com o acordo. Ele reconheceu, no entanto, a impossibilidade de prolongar o movimento por tempo indeterminado. Os canavieiros recebem salários semanalmente e não contam com um fundo de greve para sustentar uma paralisação mais duradoura. Contudo, a greve de onze dias conseguiu paralisar as atividades de boa parte das 35 usinas de álcool e sete destilarias do estado.

O acordo ditado pelo TRT também não atendeu ao desejo dos produtores de cana do estado, que queriam negociar desvinculados dos usineiros. Para o presidente do Sindicato dos Cultivadores, Gerson Carneiro Leão, os produtores autônomos, que representam 60% da produção de cana-de-açúcar de Pernambuco, não dispõem dos mesmos recursos financeiros que os usineiros. Ao propor uma negociação em separado, Leão pretendia conceder um reajuste menor do que o assumido pelos produtores de açúcar e álcool. Já para José Rodrigues, o julgamento em conjunto e a decretação da legalidade da greve pelo TRT mantiveram a força da categoria. (*Gazeta Mercantil*, 13/10/90)

O juiz de Xapuri, Adair Longuini, decidiu no dia 11 de outubro adiar o julgamento dos assassinos do líder ecologista Chico Mendes. O julgamento estava marcado para o dia 25 deste mês, mas Longuini transferiu-o para 12 de dezembro.

Juiz adia para dezembro julgamento do caso Chico Mendes

Segundo ele, a lei exige que os juízes das comarcas dêem prioridades absoluta ao processo eleitoral e, por isso, está sem tempo para tomar uma série de medidas necessárias para o julgamento, entre elas a nomeação de mais oficiais de Justiça e a solicitação de reforço de segurança para a cidade. Na véspera, porém, o Tribunal de Justiça do Acre havia decidido manter a data do julgamento e negado sua transferência de Xapuri para Rio Branco, pedida pela defesa dos acusados.

No dia 12 de outubro, Longuini declarou em Xapuri que precisará de no mínimo duas semanas para tomar medidas de segurança e de mais uma semana para rever todo o processo, que soma sete volumes. Disse ainda que, com o adiamento, há possibilidade de que o julgamento se realize no ginásio de esportes de Xapuri, com assistência de até mil pessoas. No Fórum da cidade, o público ficaria limitado a oitenta pessoas, no máximo.

O adiamento já foi comunicado aos advogados de defesa e acusação e à viúva de Chico Mendes, Ilzamar Gadelha Mendes. O presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa, criticou a transferência do julgamento. Em sua opinião, isso favorece os acusados e gera sensação de impunidade. "Acho grave esse adiamento porque a situação de insegurança de algumas lideranças tende a aumentar", comentou. (*Jornal do Brasil*, 12 e 13/10/90; *O Estado de S. Paulo*, 11/10/90)

O conselho do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre, Jair Kriskke, entrou com queixa-crime na Justiça contra o ex-soldado da Brigada Militar Carlos Alberto Neher, acusando-o de calúnia.

Rurais fazem passeata de protesto no Sul

No dia 27 de setembro, cerca de 2 mil trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul fizeram uma passeata no centro de Porto Alegre, protestando contra o veto do presidente Fernando Collor de Mello ao projeto de lei de custeio e benefícios da Previdência Social.

O projeto propunha medidas que beneficiariam o trabalhador rural. Soldados da Brigada Militar acompanharam a manifestação pacífica. (*O Estado de S. Paulo*, 28/09/90)

Queixa-crime contra ex-PM no RS

Neher declarou à revista *Veja*, edição de 3 de outubro, ter recebido 30 mil dólares de Kriskke para mudar seu depoimento no caso da morte do soldado PM Valdeci de Abreu Lopes no conflito entre sem terras e a Brigada Militar, no centro de Porto Alegre, dia 8 de agosto.

Jair Kriskke conta, em sua queixa-crime, que Neher o procurou no início de setembro e gravou, no MJDH, depoimento em vídeo na presença de dois procuradores do Estado e um representante da Comissão de Justiça e Paz na CNBB, e deixou documento com firma reconhecida declarando ter recebido Cr\$ 80 mil da Brigada Militar para testemunhar falsamente, identificando os autores da morte de Valdeci de Abreu Lopes. (*O Globo*, 02 e 12/10/90)

Jair Kriskke conta, em sua queixa-crime, que Neher o procurou no início de setembro e gravou, no MJDH, depoimento em vídeo na presença de dois procuradores do Estado e um representante da Comissão de Justiça e Paz na CNBB, e deixou documento com firma reconhecida declarando ter recebido Cr\$ 80 mil da Brigada Militar para testemunhar falsamente, identificando os autores da morte de Valdeci de Abreu Lopes. (*O Globo*, 02 e 12/10/90)

Jair Kriskke conta, em sua queixa-crime, que Neher o procurou no início de setembro e gravou, no MJDH, depoimento em vídeo na presença de dois procuradores do Estado e um representante da Comissão de Justiça e Paz na CNBB, e deixou documento com firma reconhecida declarando ter recebido Cr\$ 80 mil da Brigada Militar para testemunhar falsamente, identificando os autores da morte de Valdeci de Abreu Lopes. (*O Globo*, 02 e 12/10/90)

ITR será instrumento da reforma agrária

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, anunciou no dia 25 de setembro que fará uma ampla revisão do Imposto Territorial Rural (ITR) para torná-lo um instrumento de novos assentamentos rurais. Segundo o ministro, este é o primeiro passo para realizar de fato a reforma agrária no país.

Atualmente, o ITR é cobrado de acordo com as dimensões da propriedade. Cabrera explicou que o que se pretende é mudar a filosofia do imposto, tributando sobretudo as terras improdutivas, como também as que apresentem baixa produtividade.

Uma das idéias é a de que os recursos provenientes da arrecadação do ITR sejam destinados à implementação da reforma agrária promovendo novos assentamentos. (*O Globo*, 26/09/90)

Sem terra escapa de atentado no Maranhão

O líder dos sem terra do Maranhão Luís Soares Filho, também conhecido como Luís Vila Nova, escapou de um atentado no povoado de Buriticupu, em Santa Luzia (MA).

Segundo a polícia, um furtivo do presídio de Pedrinhas, Deusdeth de Araújo, tentou matar o líder dos sem terra quando este estava em sua casa no dia 13 de outubro, comemorando junto com a família sua eleição para deputado estadual pelo PT.

Deusdeth de Araújo foi morto depois de uma troca de tiros com a polícia, que cercava o local, pois Soares Filho vinha recebendo ameaças de morte e havia pedido proteção policial. Segundo a polícia, Deusdeth de Araújo era pistoleiro e já havia tentado matar Soares Filho.

Na noite de 12 de outubro Deusdeth e outro pistoleiro, ainda não identificado pela polícia, teriam invadido a fazenda União e assassinado um posseiro. Após o crime, segundo a polícia, os pistoleiros queimaram o corpo da vítima. (*Folha de S. Paulo*, 15/10/90)

No Estatuto da Terra, sancionado em 1964, o ITR já aparecia como instrumento que desestimularia a propriedade de áreas que não cumprissem sua função social, e propiciaria ao governo recursos para financiar projetos de reforma agrária. Passados 25 anos da promulgação do Estatuto da Terra, nem fizemos a reforma agrária nem, tampouco, uma efetiva tributação. Reverter este quadro é o que pretende o atual ministro da Agricultura, alçando o ITR de medida complementar à principal instrumento da sua política agrária, em detrimento do recurso à desapropriação.

Para os movimentos de luta por terra, o que esta política pode signi-

ficar? Entre outras coisas, significa, como já declarou o ministro, que a desapropriação — principalmente de terras ocupadas — não está nos planos do governo (pelo menos até o segundo semestre de 1991).

Afirmando que as ocupações são um problema do Ministério da Justiça, Cabrera tenta se livrar de uma incômoda "pedra no seu sapato" e, ao mesmo tempo, reafirmar sua intenção de promover uma "reforma agrária pacífica", onde não haveria lugar para confrontos entre interesses distintos, deixando a atual e excludente estrutura agrária intocada em seus fundamentos. (Mariana Pantoja Franco/CEDI, 26/09/90)

Famílias acampadas podem ser despejadas em SP

As 130 famílias acampadas há mais de um ano no acostamento da rodovia Gabriel Melhado (SP-461), em Cordados (SP), podem ser despejadas a qualquer momento. A Justiça concedeu no dia 16 liminar de reintegração de posse à Cesp, proprietária dos 27 km dessa rodovia, que liga Birigui à usina de Nova Avanhandava. As famílias esperavam no local a desapropriação da fazenda São José,

do grupo J. J. Abdalla Filho. A Cesp tinha dado trinta dias para que fosse desocupada a área próxima ao distrito de Brejo Alegre. As famílias foram notificadas da liminar, mas alegam não ter como transferir o acampamento. A advogada do CDDH de Araçatuba, Edna Flor, disse que o estado deve desapropriar a fazenda São José antes de despejar as famílias. (*O Estado de S. Paulo*, 17/10/90)

Polícia desaloja 300 sem terra em MG

Cerca de trezentos sem terra — entre eles cem crianças — foram desalojados na madrugada do dia 20 de setembro da fazenda "Varginha", no município de Iturama (MG), por uma tropa de choque da Polícia Militar de Minas. Os sem terra resistiram por algum tempo, mas acabaram rendidos pela PM. Eles ocuparam a fazenda na noite anterior. Todos foram levados à delegacia da cidade, onde foram autuados em flagrante. O Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais

(CUT-MG) denunciou em Belo Horizonte que o despejo foi feito sem ordem judicial e com violência.

As famílias retornaram ao antigo acampamento, na estrada que liga Minas a Mato Grosso do Sul, onde estavam alojados há mais de oito meses, e acusam a PM de Uberaba de manter incomunicáveis o vereador Esdras Queirós (PT), de Iturama, e o presidente da CUT do Triângulo Mineiro, Elcio Felice de Oliveira. (*Folha de S. Paulo*, 21/09/90 e *Jornal do Brasil*, 22/09/90)

Igreja Universal envolve-se em inquéritos no RJ e na BA

O diretor da Polinter, delegado Osmar Saraiva, indiciou o fundador e líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo Bezerra, com base nos artigos 171, 283 e 284 do Código Penal (estelionato, charlatanismo e curandeirismo). Saraiva tomou a decisão na véspera do culto realizado pela Igreja no estádio do Maracanã, após o pastor ter prestado depoimento na Polinter.

Segundo o delegado, Macedo tomou conhecimento do inquérito — instaurado em dezembro de 1988 — e afirmou que prestará as declarações necessárias em Juízo. Macedo recebeu um ofício com determinações para serem cumpridas em dez dias. O pastor terá que revelar os nomes e respectivos endereços de sessenta pastores que trabalhavam na Igreja Universal do Reino de Deus na época em que o inquérito foi instaurado.

Saraiva, que preside o inquérito sobre a Igreja Universal, revelou que pediu ao Instituto Félix Pacheco a folha de antecedentes do pastor. O mesmo pedido fora feito às autoridades paulistas, já que Macedo está morando em São Paulo, onde dirige a TV Record. O delegado contou ainda que peritos do Instituto Carlos Éboli estão analisando fitas de vídeo com programas sobre a Igreja Universal do Reino de Deus que mostram sessões de cura. "Os peritos dirão se as cenas apresentadas nesses programas podem ser consideradas curandeirismo ou charlatanismo", disse.

O prazo para conclusão do inquérito termina no fim do mês, mas o delegado deverá pedir prorrogação, já que, segundo ele, não será possível fazer a qualificação dos sessenta pastores até o fim do mês.

Em Salvador, o inquérito, que tem três volumes e 446 folhas, foi instaurado em 1988 a pedido do procurador-geral de Justiça do Estado Carlos

Bispo Macedo leva 200 mil ao Maracanã, mas não faz 'curas'

Ameaçado de ter prisão preventiva decretada, caso se comprovasse a prática de curandeirismo e charlatanismo, durante o culto da Igreja Universal do Reino de Deus, no Estádio do Maracanã no feriado de 8 de outubro, o líder espiritual e fundador da igreja, Edir Macedo Bezerra, de 45 anos, promoveu uma grande festa "em louvor do Espírito Santo". De acordo com cálculos de pastores, 180 mil pessoas assistiram ao culto (a Polícia Militar estimou o público em mais de 200 mil), marcado por adaptações de músicas populares como *Love is All*, interpretada por Malcolm Roberts, no Festival da Canção, em 1967.

Mais discreto que no culto de 13 de abril, o bispo Macedo pediu ofertas, dizendo que iria "passar a sacolinha". Antes, porém, divulgou um balanço dos gastos com a concentração: Cr\$ 1,7 milhão com aluguel do estádio, Cr\$ 1,2

milhão com o som e Cr\$ 1,6 milhão com a energia elétrica.

Ao ouvir a prestação de contas, o vice-presidente da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj), Antônio Alberto Almeida da Silva, informou que a luz é incluída no aluguel.

Almeida da Silva acrescentou que a igreja pagou Cr\$ 1.753.155,00 por cessão do estádio, energia, funcionários, limpeza, montagem e desmontagem do palco. Ao contrário do culto de abril — rendeu processos na Polinter e na 18ª DP, por curandeirismo e charlatanismo, e registrou a morte de uma fiel —, não houve incidentes, nem histeria coletiva. A sessão de curas foi substituída por uma oração, feita pelo bispo Macedo, que controlava do palco — de madeira e armado no gramado, com uma cruz no centro — as emoções de seus seguidores. (*Jornal do Brasil*, 09/10/90)

Antônio Navega, motivado por denúncias apresentadas em um dossiê.

O líder da Igreja Universal do Reino de Deus na Bahia, pastor Carlos Alberto Rodrigues Pinto, assumiu na polícia toda a responsabilidade pelo ritual de batismo no mar realizado em setembro, quando pelo menos três fiéis morreram afogados na Praia dos Artistas, em Salvador. Rodrigues afirmou, contudo, que não tem culpa pelas mortes porque suspendeu o batismo às 5h30 do sábado, dia 22, por causa do mau tempo. Segundo

o pastor, os afogamentos ocorreram mais tarde.

A maior preocupação de Rodrigues ao depor na 9ª Delegacia foi eximir de culpa Edir Macedo, líder nacional da Igreja, ameaçado de indiciamento pelo delegado Luciano Patrício, que está coordenando a apuração do caso. Ele declarou que o bispo Macedo compareceu ao ritual de batismo apenas como convidado, fez uma rápida pregação do Evangelho e se retirou. (*O Globo*, 10/10/90; *O Estado de S. Paulo*, 02/10/90)



Notícias do Brasil

Ligue-se no jornalismo popular do CRIA - Centro Radiofônico de Informação Alternativa do IBASE. Conheça o outro lado dos fatos ouvindo o programa *Notícias do Brasil*. Faça hoje a sua assinatura. Escreva para o CRIA/IBASE: Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo 22251 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 286-0348

Sínodo de bispos católicos discute formação de padres

Com missa solene concelebrada na Basílica de São Pedro com cinqüenta cardeais, o papa João Paulo 2º abriu no dia 30 de setembro a 8ª Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, ou seja, um encontro entre representantes da Igreja Católica de todo o mundo para a discussão dos problemas comuns. Até 28 de outubro, participam do Sínodo 234 bispos, 38 dos quais representando os 21 países da América Latina. Do mundo só não estão presentes preladados da China, do Vietnã e do Laos. O objetivo do encontro é fazer com que os jovens bispos, designados pela conferência episcopal como formadores de sacerdotes, pensem de uma forma coesa.

Os bispos também deverão discutir a crise da falta de novos sacerdotes. Nos últimos vinte anos, o número mundial de padres foi reduzido de 420 mil para 400 mil, enquanto o número de católicos aumentou — especialmente no Terceiro Mundo — de 650 milhões para 900 milhões. Em alguns países — caso do Brasil —, essa falta já começa a ser sentida.

Bases teológicas — As sessões do Sínodo começaram com um pronunciamento do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, que criticou os “desvios teológicos pós-conciliares” que provocaram várias crises na Igreja Católica. Ratzinger, que também é teólogo, falou durante 40 minutos, consolidando o que poderá ser considerado como as bases teológicas da

formação do sacerdote nas condições atuais.

Grande crítico da Teologia da Libertação, Ratzinger apontou também os erros cometidos pela teologia católica que, depois do Concílio Vaticano 2º, aceitou, sem analisar, inúmeras opiniões e teorias derivadas do protestantismo.

Catecismo universal — Os bispos analisaram com atenção e receberam bem o projeto de um novo catecismo universal, considerando que é necessário, se não urgente, um texto único que sirva de ponto de referência para a redação de catecismos nacionais e diocesanos. Contudo, não chegaram a um acordo sobre o conteúdo e o estilo de redação desse catecismo, projetado por uma comissão presidida pelo cardeal Joseph Ratzinger.

Celibato — Embora o problema do celibato sacerdotal venha sendo comentado com insistência nos últimos tempos, João Paulo 2º afirmou repetidas vezes, recentemente, que não se cogita da possibilidade de sua revogação. O papa João Paulo 2º porém autorizou a ordenação de dois padres, apesar de serem ambos casados, segundo divulgou o cardeal brasileiro dom Aloísio Lorscheider.

O Vaticano confirmou a notícia, mas não explicou o motivo da ordenação. Foram divulgados apenas o nome de um dos padres — Ivo Schmidt, ex-diácono da diocese de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul — e a informação de que

o outro vive em Pernambuco.

Segundo Lorscheider, é necessário que o encontro mundial de bispos tome uma decisão sobre o assunto. Ele disse que a condição imposta pelo papa, para a ordenação dos padres casados, é a de que eles vivam com suas esposas como “irmão e irmã”.

O padre Ivo Schmidt, de 70 anos, que casou em 1947 e se ordenou há três anos e meio, disse que se sente “realizado” nessa situação especial, concedida pelo Vaticano. Ele mora com sua mulher, Adulina, de 67 anos, mas o casal não tem vida conjugal. “Vivemos como irmãos”, disse o padre.

Outros temas — Os católicos partidários da ordenação de mulheres, para compensar a crescente falta de sacerdotes, tampouco verão suas teses aceitas pelo Sínodo. O assunto está fora de cogitação, afirmou recentemente o papa.

Quanto às comunidades de base, em discurso a um grupo de bispos brasileiros, o papa João Paulo 2º fez severas críticas. Segundo o papa elas não devem pretender substituir os sacerdotes e os bispos, “nem podem apresentar-se como um novo modo de ser da Igreja”.

“Há um espírito de crítica amarga e de contestação radical à Igreja”, advertiu. O papa acusou as CEBs de praticar uma “falsa horizontalidade”, o que pode levar a “perder toda a dimensão espiritual”. (*O Globo*, 30/09-02/10/90; *O Estado de S. Paulo*, 02/10/90; *Folha de S. Paulo*, 17/10/90)

Projeto internacional

A CNBB está desenvolvendo projeto entre dioceses do Rio Grande do Sul e de Moçambique, na África. O projeto prevê a ida de padres e leigos gaúchos para a arquidiocese de Beira, em Moçambique. As congregações religiosas do Brasil enviam para outros países cerca de quarenta brasileiros por ano. A África já conta com 356 missionários brasileiros. (*Folha de S. Paulo*, 07/10/90)

Igreja Católica participa de reunião do pacto

Dom Afonso Gregório, representando a CNBB, esteve na reunião do “entendimento nacional”. Para levar a CNBB ao pacto, o ex-ministro Bernardo Cabral, então coordenador das negociações, teve longa conversa com o presidente da entidade, dom Luciano Mendes de Almeida.

O boletim semanal da CNBB fez

um registro sobre a intenção de atender ao chamado do governo para o entendimento. Mas recordou a entrevista que o presidente deu na casa do embaixador Marcos Coimbra. Aquela em que ele se queixou de que a Igreja nunca o apoiara na campanha, arrematando que “a CNBB é a CUT de saias”. (*O Globo*, 27/09/90)

Ticuna ainda lutam por punição pelo Massacre do Capacete

O presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna, Pedro Inácio Pinheiro, encaminhou para o ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral uma carta datada de 28 de setembro, em que solicita que o julgamento dos culpados pelo assassinato dos catorze Ticuna, ocorrido em 1988, seja transferido para Manaus. Os Ticuna temem que o júri popular convocado pelo juiz de Benjamim Constant não tenha isenção suficiente para garantir que a sentença seja feita sem atender aos interesses dos empresários extrativistas da região. Pedro Inácio apela para que o

Ministério da Justiça pressione o promotor de Benjamim Constant para que ele solicite ao Tribunal de Justiça do Amazonas a transferência do julgamento. Pedro Inácio fez recentemente uma viagem à Bélgica. Conseguiu apoio de entidades que lutam pela questão indígena. O recém-empossado ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, deverá receber nos próximos dias um abaixo-assinado de 25 parlamentares europeus solicitando que os onze acusados pelo massacre dos Ticuna sejam julgados em Manaus. (CEDI, 17/10/90)

Ação Declaratória Ticuna

Tramita perante a Justiça Federal de Manaus Ação Declaratória de Terra Indígena visando garantir os direitos da nação Ticuna sobre as áreas Évare I e II, no Alto Solimões (AM).

Recentemente o Juízo havia decidido realizar prova pericial para comprovar os limites das áreas e sua ocupação pelos índios, determinando que fosse solicitado à Justiça Estadual da Comarca de Benjamim Constant que o fizesse e que nomeasse como perito um engenheiro local.

Os Ticuna, através do Núcleo de Direitos Indígenas, requereram que a prova fosse de peritagem antropológica, realizada, portanto, por um antropólogo e que fosse realizada diretamente pelo Juízo Federal. Prontamente o Juízo acatou o requerimento e encaminhou ofício à Associação Brasileira de Antropologia para que indicasse os antropólogos com capacidade a realizar tal perícia.

Esta decisão representou uma vitória

para os Ticuna, que facilmente demonstrarão a sua ocupação em todo território e que, assim, brevemente, serão declarado o caráter indígena destas terras pela Justiça. É a primeira vez que um juiz faz tal reconhecimento por Ação Declaratória. Além disso, a decisão de Manaus reforça a necessidade de existência de perícia antropológica para a definição de terras indígenas. (Carlos Frederico Marés/NDI, 17/10/90)

Em carta para o superintendente-geral da Funai, Edlívio Batistelli, o presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna, Pedro Inácio Pinheiro, solicitou a atenção do órgão para as áreas Ticuna de Porto Espiritual, Lauro Sodré, Umariáçu, Aldeias do rio Içá, Betânia e Vui-Uatá-In, que estão sem nenhuma providência por parte da Funai. (CEDI, 17/10/90)

Madeireiras desmatam área Krikati no MA

Empresas madeireiras de Imperatriz (MA) voltaram a invadir a Área Indígena Krikati, em Montes Altos (MA), provocando desmatamento e ameaçando de extinção a aroeira. Saem diariamente da área três caminhões de madeira. Várias denúncias foram feitas ao Ibama em Montes Altos. Nenhuma medida foi tomada. A área foi invadida também por 5 mil famílias de posseiros e dez fazendeiros. Os índios ocupam hoje apenas 10 mil dos 138 mil hectares que lhes pertencem. A área não foi ainda demarcada, apenas identificada. (O Liberal, 05/10/90)

Fazendeiro rouba madeira na terra dos índios Pareci

Com a conivência de funcionários da Funai, foram roubados mais de 5 mil metros cúbicos de madeira no valor aproximado de Cr\$ 100 milhões, da área dos índios Pareci, no município de Areia Branca (MT). A Divisão de Polícia Fazendária da Polícia Federal, que investiga o caso, informou que os funcionários da Funai facilitavam a entrada na reserva indígena de peões contratados pelo fazendeiro Valter Dantas, proprietário de uma fazenda que faz divisa com as terras dos Pareci. Segundo a PF, os peões entraram na área indígena através da fazenda de Dantas, de onde retiraram, em agosto, mais de 2 mil metros cúbicos de madeira, que correspondem a 130 caminhões carregados. A PF diz que outros 3 mil metros cúbicos foram derrubados em setembro e estão sendo carregados em caminhões para a venda a madeiras localizadas em Cáceres, no sul do Mato Grosso. Um delegado da PF em Brasília diz ainda que os índios estão sendo enganados pelos capatazes do fazendeiro, que teriam dado a eles cerca de Cr\$ 250 mil para se autossentarem de suas aldeias e facilitarem a derrubada das madeiras; um dos capatazes é conhecido por Leobim. (Jornal do Brasil, 28/09/90)

Kayapó tem fonte de água mineral

O cacique Tuto Pombo, da área indígena Kayapó, no sul do Pará, resolveu não esperar mais e, na próxima semana, vai à Brasília, para cobrar um financiamento solicitado, há dois anos, ao BNDES através da supe-

rintendência da Funai, em Belém, para a instalação de uma fábrica engarrafadora de água mineral na aldeia Djujetuty, no município de Tucumã. A fonte natural foi descoberta pelos próprios índios. (O Liberal, 24/09/90)

Líder dos invasores atua livremente

Se é crime invadir e explorar áreas indígenas, como se explica que José Altino Machado está atuando livremente em suas pistas clandestinas para exploração de ouro e cassiterita na terra dos Yanomami? Segundo o diretor da Polfícia Federal, Romeu Tuma, sem Altino na área a garimpagem não existiria. Altino protestou contra a destruição das pistas clandestinas. De réu ele passa a acusador: disse que vai recorrer da decisão na Justiça e exigir que a Funai pague os custos da construção da pista do Jeremias. (*O Globo*, 13/10/90; *CEDI*, 17/10/90)

Assurini recebem indenização no PA

O governo do Pará e a Superintendência Regional da Funai estão firmando um termo de compromisso, pelo qual o Estado indenizará os índios Assurini pelos danos causados à fauna e à flora na área indígena do Trocará, cortada num trecho de 9 km pela rodovia Transcarnatá, construída em 1976. Raimundo Gomes do Nascimento, funcionário da Funai, disse que o termo já foi aprovado pela Secretaria de Estado de Transportes, faltando apenas a assinatura do governador Hélio Gueiros. Ele não soube informar o valor da indenização. Gomes do Nascimento negou que os índios Assurini estivessem ameaçando explodir a ponte que liga Carnatá a Tucuruí, em protesto contra o não pagamento da indenização. (*O Liberal*, 26/09/90)

Subprocurador visita os Yanomami e constata garimpo e pistas de pouso

O subprocurador-geral da República Carlos Victor Muzzi visitou a região de Surucucus e constatou a existência de doze garimpos e três pistas de pouso clandestinas em funcionamento. Ele declarou que os garimpeiros encontrados pela Polfícia Federal em atividade nas terras Yanomami serão presos em flagrante a partir de 15 de outubro. A PF deverá efetuar as prisões, abrir inquérito, fazer

as investigações e encaminhar o processo à Procuradoria Geral da República, que vai apresentar denúncia contra os acusados à Justiça Federal. Eles podem responder a processo por invasão de terras indígenas, desobediência, atividade ilegal ou até por genocídio, de acordo com o subprocurador. "Há indícios da prática de genocídio", afirmou Muzzi. (*Folha de S. Paulo*, 03/10/90)

Nos últimos dias de setembro e nos dez primeiros de outubro, a imprensa divulgou quase diariamente notícias sobre a retomada das explosões das pistas de pouso clandestinas nas terras Yanomami. Nessa época a viagem do presidente Collor à Venezuela estava sendo preparada pelo Itamarati, que procurava mostrar ação do governo contra o garimpeiros que invadem os limites da Venezuela, causando mal estar diplomático. Essa ação pirotécnica para ter repercussão precisa fazer muito barulho na imprensa para ser ouvida no exterior, que parece ver cada vez mais com bons olhos a política do meio ambiente do novo governo. A azeitona na empada fica para o detalhe da plantação de castanheiras e árvores frutíferas nas valas cavadas nas laterais e no eixo de cada pista dinamitada para que não sejam reativadas. O Jornal do Brasil do dia 11 noticiou que o governo apressou a explosão das pistas de pouso clandestinas na terra dos Yanomami para

impedir a ação cada vez mais frequente de traficantes de drogas. E divulgou informações do coordenador da Operação Yanomami, Sebastião Amâncio, que enumerou sete pistas na faixa de fronteira com a Venezuela, que seriam usadas por traficantes: Jeremias (destruída na primeira operação e depois recuperada pelos garimpeiros), Lauro, Pupunha, Thomé Mestrinho, Dicão, Rubens e Chimarrão. Amâncio disse que já foram vistos vários aviões da Colômbia e Venezuela nas pistas. Porém o diretor geral da PF, Romeu Tuma, afirmou que não há nada confirmado neste sentido.

A mesma notícia informou que, no dia 10 deste mês, duas pistas foram explodidas — Brasil Novo e Majestade, ambas localizadas na área de Surucucus — e que cerca de duzentos homens da Funai, Exército e PF estão envolvidos na Operação Yanomami. Informou também que a FAB transportou para Boa Vista, entre os dias 8 e 10 de outubro, 435 garimpeiros. (CEDI, 17/10/90)

Tribunal rejeita acusação de genocídio

O Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Paris para tratar da destruição da Amazônia, decidiu responsabilizar o atual modelo econômico brasileiro, bem como o de governos anteriores, a partir dos anos 60, por graves violações dos direitos fundamentais e do direito ao meio ambiente. A acusação de genocídio contra co-

munidades indígenas — a mais grave — foi rejeitada pelo tribunal.

O tribunal não acatou a acusação da prática de genocídio contra os índios da Amazônia por não ter sido caracterizado o "elemento intencional". Mesmo assim, advertiu em sua sentença que, se medidas adequadas não forem rapidamente adotadas pa-

ra a proteção das comunidades indígenas, a "intenção de destruir" poderá ser demonstrada.

O Tribunal dos Povos é um órgão da Fundação Lelio Basso e ligado ao Tribunal Russel, que julgou a guerra do Vietnã e a miséria da América Latina. (*O Estado de S. Paulo*, 17/10/90)

Barelli diz que política salarial é a pior da História

O economista Walter Barelli, ex-diretor-técnico do Dieese, afirma que nem mesmo os governos militares impunham tanto arrocho ao salário do trabalhador quanto o governo Collor. De acordo com ele, "os militares também determinavam a recomposição salarial pela média dos doze meses anteriores — a exemplo do que faz Collor —, só que permitiam acrescentar a metade da inflação futura e a taxa de crescimento do PIB. Então, como se tinha taxas menores de inflação naqueles governos, o reajuste era, digamos, mais compensatório para o trabalhador."

"Hoje está mais difícil para a população e os trabalhadores se organizarem para protestar contra o arrocho salarial do governo Collor. Os meios

de comunicação vêm contribuindo para desmobilizar setores que sempre tiveram pouca força reivindicativa. Hoje o nível de organização para derubar a resistência do governo ao reajuste dos salários é muito pequena. É estranho não estarmos ouvindo uma grita geral contra o arrocho salarial do governo Collor", disse.

"A perda salarial do período pós-Collor é indiferenciada. Por exemplo, os funcionários públicos não tiveram nenhuma recuperação, até agora. Temos, portanto, que somar os 84,5% do mês de março, os 44% de abril, os 9% de maio, os 11% de junho e que se repetiram em julho, os 12 e 13% dos últimos meses. Toda essa inflação acumulada é a perda salarial daqueles que não tiveram nenhum rea-

juste, que são grupos importantes de trabalhadores das estatais federais". E as perdas aí se elevam para mais de 300% da inflação não considerada, embora a maioria das categorias tivessem tido alguma forma de antecipação ou negociação salarial.

"O salário médio em São Paulo era, antes do governo Collor, em valor absoluto e em cruzeiros de hoje, Cr\$ 33.430, em relação ao poder de compra de julho de 89", diz Barelli. De acordo com os últimos dados, esse salário caiu para Cr\$ 27.978, ou seja, houve uma queda média de 21% em relação ao salário de fevereiro de 90, "sem considerarmos as perdas que continuaram em agosto e setembro". (*Gazeta de Pinheiros*, 11/10/90)

Presidente da CGT acha Maluf simpático

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado, entregou ao candidato a governador pelo PDS, Paulo Maluf, várias propostas aprovadas em plenárias da entidade para que ele estude a possibilidade de agregá-las a seu plano de governo. Ele disse, porém, que isso não significa que a CGT esteja apoiando Maluf e que pretende fazer o mesmo com Fleury. Maluf prometeu estudar o assunto e responder em uma semana, quando pretende visitar a sede da entidade.

As propostas se referem à questão salarial, política industrial, habitação, saúde e educação. O presidente da CGT disse que qualquer decisão de apoio deverá "passar pelas bases", mas ressaltou: "Pessoalmente, eu sempre disse que tenho simpatia pelo candidato Paulo Maluf".

Indagado se levará as mesmas propostas a Fleury, Pegado respondeu: "É nossa intenção também procurar o outro candidato". E ao ser questionado sobre o que faria se Fleury aceitasse as propostas, respondeu: "Ele vai, evidentemente, ter que colocar isso para os trabalhadores da CGT e esperar a resposta da base". (*Diário do Grande ABC*, 17/10/90)

Quércia ajuda Medeiros com verbas do Estado

O governo do estado de São Paulo está ajudando a montar a estrutura do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (Ibes), entidade dirigida pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, e voltada para formação de sindicalistas.

Um convênio com a Secretaria do Trabalho e da Promoção Social, no valor de Cr\$ 8,34 milhões vai sustentar a implantação do Ibes até julho do ano que vem.

O convênio foi assinado no dia 12 do mês passado e seu valor foi fixado em 173 mil BTNs (Cr\$ 11,5 milhões), em julho, quando Medeiros pediu formalmente ao governo Orestes Quércia recursos para o Ibes.

No dia 25 de setembro, metade do dinheiro foi liberado: Cr\$ 4,17 milhões, para cobrir gastos com a confecção de apostilas, material de apoio aos seminários de formação sindical e produção de filmes e vídeos para os cursos do Ibes.

Medeiros criou o Ibes em setembro do ano passado, dentro do projeto que vem desenvolvendo para ampliar sua influência no movimento sindical. (*Gazeta Mercantil*, 17/10/90)

Medeiros quer central sindical independente?

O sindicalista Luiz Antonio de Medeiros afirma que a independência em relação ao governo será uma das principais características da central que ele está formando, mas seus adversários no movimento sindical consideram que a formulação não resiste aos fatos: depois do presidente licenciado da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Magri, que acabou ministro do Trabalho, nenhum outro sindicalista é tão ligado ao presidente Collor quanto Medeiros, a ponto de ser considerado seu ministro informal. Logo, a nova central estaria sendo criada para servir de base de sustentação sindical do atual governo. (*Folha de S. Paulo*, 14/10/90)

Portuários de Santos continuam em greve

Os operários e empregados administrativos do porto de Santos (SP) continuam em greve, até que a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) aceite a incorporação do abono aos salários. O movimento iniciado no dia 8 já foi julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que não o considerou abusivo, deu um abono geral de Cr\$ 20 mil aos salários de setembro a dezembro (incluindo o 13º) e garantiu estabilidade de emprego até junho. A reivindicação original dos trabalhadores era reajuste de 289%, mas resolveram transformar em proposta a sentença do TRT, desde que o abono seja incorporado aos salários. (*Gazeta Mercantil*, 17/10/90)

Vale-refeição poderá ser extinto

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que dá benefícios fiscais para empresas que custeiam a alimentação dos seus funcionários, vai ser modificado. O Ministério do Trabalho está elaborando projeto que prevê concessão do benefício só para os gastos com quem ganha até cinco salários mínimos. O PAT corre o risco de ser extinto, pois a Constituição determina que os programas de incentivos fiscais devem ser reavaliados. (*Gazeta Mercantil*, 04/10/90)

Aposentados tentam reaver perdas na Justiça

Os trabalhadores que se aposentaram depois de junho de 1977 estão procurando a Justiça para reaver uma diferença no valor de seus benefícios que pode ultrapassar os 50%.

Para saber se têm direito à ação, os aposentados (por tempo de serviço e/ou velhice) devem procurar um advogado ou a sede do sindicato de sua categoria ou associação de aposentados mais próxima. A ação não cabe para os que se aposentaram por auxílio doença. (*O Estado de S. Paulo*, 14/10/90)

Metalúrgicos negociam unidos em SP

Um fato inédito marcará a negociação entre metalúrgicos e a Fiesp. Pela primeira vez, a CUT e seu Departamento Metalúrgico, que representa 400 mil trabalhadores, vai negociar em conjunto com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que representa 320 mil trabalhadores. A CUT, que nasceu justamente de uma dissidência de sindicatos descontentes com a Federação, costurou essa unidade. O coordenador do Departamento Metalúrgico da Central, Heiguiberto Navarro, cuidou pessoalmente do assunto e obteve um consenso: uniformização do índice de reajuste a ser pleiteado, que será de 239,22%.

O próximo passo das duas entidades será conseguir a adesão dos sin-

dicatos de Osasco, Guarulhos e da capital. Representantes desses sindicatos participaram dos entendimentos mas pediram tempo para estudar o assunto. Há grande possibilidade de as três frentes sindicais passarem a exigir uma única mesa de negociações, ainda que os índices pleiteados sejam divergentes em razão da diferença de perdas acumuladas entre a capital e o interior.

Em jogo está o esforço da categoria do ABC e do interior em unificar a data-base em âmbito estadual, de modo a reunir uma massa de nada menos de 1,2 milhão de trabalhadores em campanhas simultâneas, o que aumentaria consideravelmente o poder de pressão. (*O Estado de S. Paulo*, 18/10/90)

Manifestação pára avenida no Rio

Um grupo de cerca de 4 mil metalúrgicos parou a Avenida Brasil, principal ligação entre a Baixada Fluminense e a Zona Norte com o Centro do Rio, por 40 minutos. Eles protestavam contra a proposta da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) de que suspendessem a greve, deflagrada dia 11.

Depois de uma assembléia, onde a proposta da Firjan foi recusada, os metalúrgicos seguiram em direção à fábrica Rheem. Policiais chegaram a disparar tiros para o alto tentando dis-

pensar os trabalhadores, que usaram pedras e madeiras para fechar quatro pistas. Em seguida a categoria se dirigiu em passeata para a sede do sindicato.

Segundo a diretoria do sindicato, 70% dos metalúrgicos estão parados. Eles reivindicam 437% sobre o salário de março, 50% de aumento real, piso salarial de Cr\$ 55 mil e estabilidade de um ano. A Firjan ofereceu 135% sobre o salário de março e um piso de Cr\$ 17 mil. (*O Estado de S. Paulo*, 18/10/90)

Joaquinzão adia fim da CGT

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, informou que a dissolução da sua entidade somente deverá ser concretizada no início do próximo ano, possivelmente em fevereiro, depois de uma completa avaliação das perspectivas da nova central sindical que está sendo articulada pelo dirigente metalúrgico Luiz Antonio Medeiros. Medeiros decidiu marcar para março o congresso de fundação da nova central.

O vice-presidente da CGT, Enilson Simões de Moura, e Arnaldo dos

Santos Gonçalves, secretário-geral, defendem a dissolução da entidade com a incorporação de seus dirigentes ao processo de organização da central de Medeiros. A proposta não é apoiada pelos sindicalistas ligados ao MR-8, que formam o núcleo mais ativo da CGT e têm dúvidas sobre o papel da nova central em relação ao governo Collor. Joaquinzão decidiu protelar o processo de dissolução da sua CGT para se valorizar nas negociações com Medeiros e influenciar na composição da nova central. (*Folha de S. Paulo*, 12/10/90)

Milhões de crianças trabalham e estão fora da escola



Um terço das 24 milhões de crianças entre 10 e 17 anos são economicamente ativas (trabalham ou já tiveram intenção de trabalhar) e 22% vivem em famílias com renda de um salário mínimo; 14% das 25 milhões de crianças em idade escolar (7 a 14 anos) estão fora da escola e de cada 100 que ingressam na 1ª série do 1º grau, 13 entram no 2º grau.

Este diagnóstico da situação infantil no Brasil está na pesquisa *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes/1987*, divulgada pelo IBGE. O estudo, que está parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1987, traz uma análise completa da situação em que vivem, estudam e trabalham as 58 milhões 354 mil e 336 crianças brasileiras que têm até 17 anos, das quais 69% vivem em centros urbanos (40 milhões) e 31% na zona rural.

Dois indicadores entre os 24 pesquisados pelo IBGE são assustadores: a enorme quantidade de crianças que já está no mercado de trabalho e o grande número de crianças que não está na escola. Dos 30% que são considerados pelo IBGE como economicamente ativos no Brasil, o maior índice de crianças trabalhando — 52% — é na faixa etária de 15 a 17 anos. Do total de 8 milhões que têm essa idade, 4 milhões integram um exército infantil que é considerado pelo IBGE como economicamente ativo. Das 15 milhões de crianças que têm entre 10 e 14 anos, 2 milhões (18%) estão no mercado de trabalho.

Na região Norte, apenas 20% das

crianças trabalham, mas este percentual cresce nas regiões Sudeste e Nordeste, onde 29% das crianças trabalham. Índice que é superado nas regiões Sul (38%) e Centro-oeste (32%). Na área de educação, o país também não exhibe números animadores. Das 25 milhões que estão em idade escolar (entre 7 e 14 anos), 3 milhões e 623 mil (14%) estão fora da escola. Os principais marcos da evasão escolar são na passagem da 4ª para 5ª série do 1º grau e no final da 8ª série. A pesquisa do IBGE mostra também que do total de 2 milhões e 947 mil crianças de 14 anos, apenas 290 mil estão matriculadas na 8ª série, enquanto 314 mil ainda estão na 7ª série, 331 mil na 6ª e 348 mil ainda cursam a 5ª do 1º grau. Outro indicador do atraso infantil na educação são as 127 mil crianças de 9 anos que ainda cursam o pré-escolar. (*Jornal do Brasil*, 13/10/90)

crianças trabalham, mas este percentual cresce nas regiões Sudeste e Nordeste, onde 29% das crianças trabalham. Índice que é superado nas regiões Sul (38%) e Centro-oeste (32%).

Na área de educação, o país também não exhibe números animadores. Das 25 milhões que estão em idade escolar (entre 7 e 14 anos), 3 milhões e 623 mil (14%) estão fora da escola. Os principais marcos da evasão escolar são na passagem da 4ª para 5ª série do 1º grau e no final da 8ª série. A pesquisa do IBGE mostra também que do total de 2 milhões e 947 mil crianças de 14 anos, apenas 290 mil estão matriculadas na 8ª série, enquanto 314 mil ainda estão na 7ª série, 331 mil na 6ª e 348 mil ainda cursam a 5ª do 1º grau. Outro indicador do atraso infantil na educação são as 127 mil crianças de 9 anos que ainda cursam o pré-escolar. (*Jornal do Brasil*, 13/10/90)

Estatuto amplia direitos da criança

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Congresso Nacional em junho e sancionado pelo presidente Collor em 13 de julho, passou a vigorar no último dia 12.

O que avança — O Estatuto foi criado para garantir efetivação das conquistas populares afirmadas na Constituição. O primeiro grande avanço foi a mobilização da sociedade civil que, ainda durante o processo constituinte, elaborou e inseriu o Capítulo VII do Título VIII, com duas emendas populares assinadas por 200 mil cidadãos adultos e por 1 milhão e 400 mil crianças e adolescentes. A elaboração do Estatuto foi igualmente trabalho em mutirão: pensado por milhares de cabeças, escrito a milhares de mãos, conquistado na luta. É a primeira legislação na América Latina que garante as determinações da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU — 20/11/89).

A sociedade brasileira avança ao considerar suas crianças como sujeitos de direitos e em peculiar con-

dição de pessoas em desenvolvimento. Até o momento elas foram consideradas e tratadas como objeto de intervenção assistencialista ou repressora. Resgata-se, dessa maneira, a dignidade das crianças e, quem sabe, da nação.

O Estatuto define claramente a prioridade absoluta da criança. Dois Conselhos são fundamentais. O Conselho de Direitos — órgão paritário de co-gestão da política — se incumbem das grandes decisões, não ficando a criança à mercê dos governos que se sucedem. O Conselho Tutelar zelará pelo respeito aos direitos, exigindo providências urgentes nos casos tão frequentes de violação.

Direito à educação — O novo Estatuto assegura direitos educacionais. O acesso ao ensino gratuito é direito público subjetivo, deve ser próximo da residência, e é obrigação das autoridades que responderão judicialmente pelo não-oferecimento. A garantia de permanência é também fundamental, juntamente com a possibilidade de contestar as propostas

educativas e de organizar entidades estudantis.

O Estatuto não se refere neste capítulo a escolas comunitárias ou particulares. Tanto o município como as entidades e organizações não-governamentais oferecerão propostas alternativas de educação pelo trabalho, de apoio sócio-educativo e outras, completando a garantia deste direito. A criatividade não está cerceada pelo Estatuto, mas estimulada com seriedade e transparência.

Organizações populares — O Estatuto é agora um projeto de sociedade. As organizações populares contarão com esta ferramenta preciosa, para lutar por uma sociedade digna, justa e fraterna. Todos precisam conhecê-lo, especialmente os professores, que devem divulgá-lo e exigir seu cumprimento. O Departamento de Políticas Sociais da CUT, por exemplo, pode atuar também em relação aos direitos do menor trabalhador. E a criatividade está à solta em defesa da criança. (*Antonio Salvador Coelho/Pastoral do Menor*, 17/10/90)

FAE deixa 180 mil escolas públicas sem merenda

As 180 mil escolas públicas de 1º grau de todo o país não vão receber alimentos para a merenda escolar até meados de novembro. A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão ligado ao Ministério da Educação, não tem recursos orçamentários para reabastecer os mercados centrais dos estados, que já estão completamente vazios, segundo o presidente do órgão, Adolpho Shuler Netto.

O problema foi causado pela demora na aprovação da revisão orça-

mentária pelo Congresso Nacional. No projeto, Cr\$ 7,7 bilhões destinam-se ao programa de merenda escolar da FAE. Esses recursos seriam suficientes para garantir o reabastecimento das escolas para um mês apenas. Para chegar até o final do ano, Adolpho Shuler calcula que seriam necessários outros Cr\$ 6 bilhões que seriam solicitados como suplementação orçamentária.

Em todo o país, 28 milhões de crianças do 1º grau das escolas públi-

cas são beneficiadas pelo programa. O processo da compra dos alimentos pela FAE até a chegada na escola demora de trinta a quarenta dias. Por isso a merenda não chegará a seu destino final antes de meados de novembro, mesmo que os recursos sejam liberados nos próximos dias. O presidente da FAE tem informações de que já faltam alimentos em várias escolas. Em outras, o estoque acaba no final do mês. (*Folha de S. Paulo*, 12/10/90)

Ministro quer ampliar carga horária sem aumentar vagas

O Ministério da Educação pretende, já a partir do ano que vem, introduzir modificações profundas no calendário escolar brasileiro. Entre as principais alterações está a ampliação do ano letivo de 180 para duzentos dias. Também a carga horária das atividades escolares passará de quatro para seis horas diárias, e o período de férias dos professores, que hoje chega até noventa dias em alguns estados, será de trinta dias.

Todas essas modificações estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que não tem prazo certo para ser votada pelo Con-

gresso Nacional e, por isso, o ministro Carlos Chiarelli decidiu-se por antecipá-las, através de portarias a serem redigidas nos próximos dias. O objetivo das mudanças, segundo o MEC, é aprimorar o nível de qualidade do ensino fundamental no país.

Se forem mesmo colocadas em prática, as alterações no sistema educacional criarão problemas para as prefeituras municipais, que hoje arcam com a maior parte do custo com o ensino básico. A secretária da Educação de Belo Horizonte, Maria Lisboa, afirmou que a rede municipal da capital não está preparada para introduzir a ampliação da jor-

nada diária das atividades escolares, porque 50% das escolas funcionam com quatro turnos diários de quatro horas para possibilitar o atendimento a maior parte da demanda estudantil.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Newton Pereira, antes de pensar em ampliar o ano letivo, o governo deveria reestruturar a rede física escolar, ampliando o número de vagas oferecidas para o ensino de 1º e 2º grau, que hoje atende, segundo ele, menos de 30% da população estudantil. (*O Estado de Minas/Belo Horizonte*, 09/10/90)

Professores do Rio encerram greve de 23 dias

Os professores da rede estadual do Rio de Janeiro decidiram voltar ao trabalho no dia 16, pondo fim à greve com que pretendiam pressionar os deputados a aprovar um aumento salarial de 223%. A paralisação durou 23 dias. Os deputados, no entanto, aprovaram aumento de apenas de 100%, em seis parcelas mensais: duas de 25%, uma de 23% e três de 9%.

"Isso vai fazer com que os professores, que agora estão ganhando Cr\$ 14.300, passem a receber Cr\$ 28.600 somente em fevereiro do ano que vem. É um absurdo", reclamou Dayse Calazans, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe). Mais de 2 mil professores participaram, no último dia

12, da assembléia realizada na UERJ, em que foi decidido o fim da greve.

Segundo diretores do Sepe, a greve foi uma vitória para o magistério, porque muitos dos deputados denunciados pelos professores como "inimigos da educação" não foram reeleitos na votação do dia 3.

Pais dão apoio — Os professores terminaram a greve sem obter o aumento de salário que pretendiam, mas conseguiram um importante apoio para seu movimento: dos pais de alunos de escolas públicas. "Temos acompanhado o movimento do magistério e percebemos que não há ligação dos professores com os

alunos e os pais. É um movimento divorciado da comunidade", disse Fernando Pedro Lopes, um dos integrantes do grupo que criou a associação de pais, e enviado à assembléia dos professores para anunciar seu apoio às reivindicações salariais do magistério. "Mas queremos vocês de volta às salas de aula, porque é lá, junto com os alunos e conosco, os pais, que poderão organizar novas manifestações. É preciso descobrir novas formas de luta, porque não se pode esperar mais nada do governador Moreira Franco, que não se sensibiliza com greve", disse Fernando na assembléia dos professores na UERJ. (*Jornal do Brasil*, 13/10/90)

Nobel premia Gorbatchev, arquiteto da *perestroika*

Mikhail Gorbatchev, 59 anos, presidente da URSS, recebeu o prêmio Nobel da Paz. O arquiteto da *perestroika* foi laureado por "seu papel de liderança no processo de paz que caracteriza atualmente partes importantes da comunidade internacional", proclamou em Oslo o comitê norueguês responsável pela premiação. É o primeiro chefe de Estado comunista a receber essa deferência e o segundo soviético, individualmente. O primeiro foi o físico Andrei Sakharov, em 1975.

Concorrentes apóiam escolha

Dois dos concorrentes favoritos ao Nobel da Paz deste ano congratularam o presidente soviético. O líder negro sul-africano Nelson Mandela, indicado por sua luta antiapartheid, disse que a política de Gorbatchev mudou a história do mundo.

O presidente da Tchecoslováquia, Vaclav Havel, que liderou a "revolução de veludo", defendeu a escolha: "Ele contribuiu para a aceleração de importantes reformas sociais na URSS e no Leste Europeu". (Folha de S. Paulo, 16/10/90)

"Antigas nações européias recuperaram sua liberdade", destacou o texto do comitê. Além das revoluções democráticas no leste, foram enumerados outros reflexos da *perestroika*: fim da Guerra Fria, aceleração do desarmamento, solução de diversos conflitos regionais por via negociada e a reativação da ONU.

A premiação chega num momento crucial das reformas, afirmou o presidente. "A atribuição deste prêmio, que é um apoio a nossos esforços, é um ato que nos estimula no momento de mudanças profundas que representa a transição à economia de mercado", disse Gorbatchev. São 4 milhões de coroas suecas (cerca de 700 mil dólares), um diploma e uma medalha que Gorbatchev vai receber em Oslo a 10 de dezembro.

Gorbatchev disputava o prêmio Nobel da Paz com o presidente tcheco, Vaclav Havel, o líder negro sul-africano Nelson Mandela, a estudante chinesa Chai Ling, uma militante pró-democracia do movimento da Praça da Paz Celestial, além de cerca de uma centena de outros rivais. A decisão do comitê, formado por cinco pessoas indicadas pelo Parlamento norueguês, surpreendeu alguns analistas. Achava-se que a linha-dura adotada pelo Kremlin contra o separatismo no Báltico e o envio de tropas para sufocar a crise no Azerbaijão no começo deste ano jogariam contra o dirigente soviético. (Folha de S. Paulo 16/10/90)

ONU deve condenar Israel por massacre

Washington pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a aprovação de uma resolução que critica Israel pelo uso da violência contra palestinos no dia 8, no setor oriental de Jerusalém (anexado por Israel). Pelo menos 19 palestinos foram mortos em Jerusalém, e outros dois no território ocupado de Gaza. Washington vetou o uso, na resolução, de termos "duros" como "condena", "ato criminoso" e "fogo indiscriminado". A condenação de Israel foi consensual na comunidade internacional.

O texto proposto por Washington afirma que as tropas israelenses estavam "despreparadas" e "cometeram excessos" e que uma solução para o conflito deve ser baseada nas resoluções 242 (de 1967) e 338 (de 1973), que determinaram a retirada de Israel dos territórios ocupados (Cisjordânia e Gaza) e de Jerusalém oriental. Pedem, em troca, que os países árabes reconheçam o direito de Israel à existência com fronteiras seguras.

Apesar de *ameno*, o texto de Washington rompe com uma prática sistemática de obstruir medidas contra Israel. O Conselho discutiu o envio de representantes do órgão para investigar o massacre. Em Israel, o premiê Yitzhak Shamir disse que rejeitaria a missão investigativa do Conselho.

Israel foi também criticado — na ONU e em outros fóruns internacionais — pelo modo discriminatório e violento como trata os palestinos em Gaza e Cisjordânia. (Folha de S. Paulo 10/10/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL